





# 10%



**José Pinto dos Santos**  
Professor de  
Finanças, AESE

Está muito difundida entre o nosso povo a percepção, social e politicamente perigosa, de que os impostos são para serem suportados pelos pequenos e desprotegidos. Os grandes e influentes, esses, podem-nos evitar, duma ou doutra maneira. Estes, não só não pagam impostos, como ainda recebem

dinheiro do Estado para fazer aquilo que já seria do seu próprio interesse fazer.

Infelizmente este entendimento não é totalmente infundado. É de facto mais fácil para os ricos e poderosos evitarem serem tributados. Isto sempre aconteceu e acontece em quase todo o mundo. É no entanto estranho o empenho e entusiasmo com que membros do Governo poem em reforçar esta imagem junto da população, em vez de a esconder. E fortalecem-no sempre que, ufanos, anunciam que conseguiram atrair para Portugal um investimento de milhões para uma fábrica de automóveis ou de circuitos integrados que irá contribuir para aumentar as exportações e criar emprego, em troca de uns subsídios de milhões, e de umas isenções fiscais de dezenas de milhões, para os esforçados promotores do projeto. O resultado é sempre a sensação de que, se forem milhões que estão em jogo, haverá exceções à lei que se aplica ao comum,

sejam elas feitas à medida ou prontas a vestir. Esta imagem é depois solidificada, quando poucos anos depois, a dita fábrica é fechada, os trabalhadores formados à custa do Estado com competências não transferíveis são despedidos, e se sabe a que a dita empresa deixou dívidas de milhões à Segurança Social.

Os benefícios para a atividade económica de uma taxa de IRC de 10% são óbvios e indiscutíveis. O investimento, nacional e estrangeiro, certamente crescerá. Mas se esta taxa se aplicar só aos grandes terá inconvenientes que mais que subterrarão os seus benefícios. Confirmará ao povo que, neste regime, os grados têm tratamento preferencial. Desmentirá a propaganda oficial de que são as PME que criam emprego e riqueza e que, por isso, têm de ser apoiadas. Atrairá para Portugal o investimento estrangeiro que não traz atividade económica mas apenas receita fiscal: as empresas continuarão a fazer os seus investimentos produtivos em países com sistemas judiciais que funcionam melhor, com forças laborais mais qualificadas e flexíveis e com infraestruturas com menos falhas, e montarão em Portugal a estrutura necessária e suficiente para pagarem cá os seus impostos em vez de onde eles são devidos. A vantagem competitiva de Portugal não será a celeridade dos seus tribunais, a produtividade dos seus trabalhadores ou a fiabilidade dos seus portos, mas um sistema fiscal ideal para a minimização pan-europeia do imposto de sociedades. Haverá vantagem competitiva mais pires e frágil que esta? ■